

Cabral isenta ônibus de pagar imposto

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, incluiu no primeiro substitutivo da Constituição um dispositivo que dá às empresas de transporte urbano de passageiros isenção total do Imposto Sobre Serviços (ISS), o único cobrado sobre seu faturamento. Isso quer dizer que durante a vigência da futura Constituição, caso a proposta seja aprovada, as empresas não poderão ser tributadas.

Pelo menos uma vez durante sua vida profissional de advogado, o deputado defendeu interesses do setor. Em 1985, quando o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, encampou 16 empresas de ônibus, Cabral o procurou, na condição de representante das empresas, para discutir a possibilidade de reversão da medida.

De acordo com o artigo 209 do substitutivo — que dispõe sobre a instituição de impostos pelos estados e pelo Distrito Federal —, parágrafo 8º, o imposto sobre "operações relativas à circulação de mercadorias, ainda que iniciadas no exterior, e sobre prestação de serviços" não incidirá "sobre o transporte urbano de passageiros, nas áreas metropolitanas e microrregiões". O texto apareceu no substitutivo de Cabral sem passar antes por nenhuma discussão em subcomissão ou comissão.

Surpresa — O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que foi o presidente da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, disse que ficou surpreso ao ler a proposta e que ignora de quem foi a iniciativa de incluí-la no substitutivo. Também o deputado José Serra (PMDB-SP) achou "estranho" o surgimento da emenda e disse que no projeto do Grupo dos 32,

coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), a proposta caiu por unanimidade. Ambos concordam apenas com a fusão do ICM e do ISS, conforme está no anteprojeto, que se transformariam num único imposto, cobrado pelos estados. Atualmente o ISS é cobrado pelo município, que estabelece a alíquota, determina isenção, redução ou aumento.

"É um escândalo", critica o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que apresentou emenda ao substitutivo propondo a supressão da isenção tributária. Brandão foi o secretário de Transportes do Rio de Janeiro, durante o governo Brizola, e teve contato com Cabral, antes da encampação das empresas de ônibus, quando ele o procurou para tratar de um mandado de segurança impetrado a pedido de uma empresa — a Real Auto Ônibus — que se sentia prejudicada porque a companhia estadual de transporte havia implantado uma linha ligando a Rodoviária ao bairro do Leblon, na Zona Sul.

Brizola — O ex-governador Leonel Brizola confirma que foi procurado por Bernardo Cabral "para tratar de assuntos relacionados às empresas de transporte coletivo", mas não lembra quais foram os assuntos tratados. No entanto, o deputado César Maia, à época secretário de Fazenda do governo, revela que a intenção de Cabral era "reverter o processo de encampação".

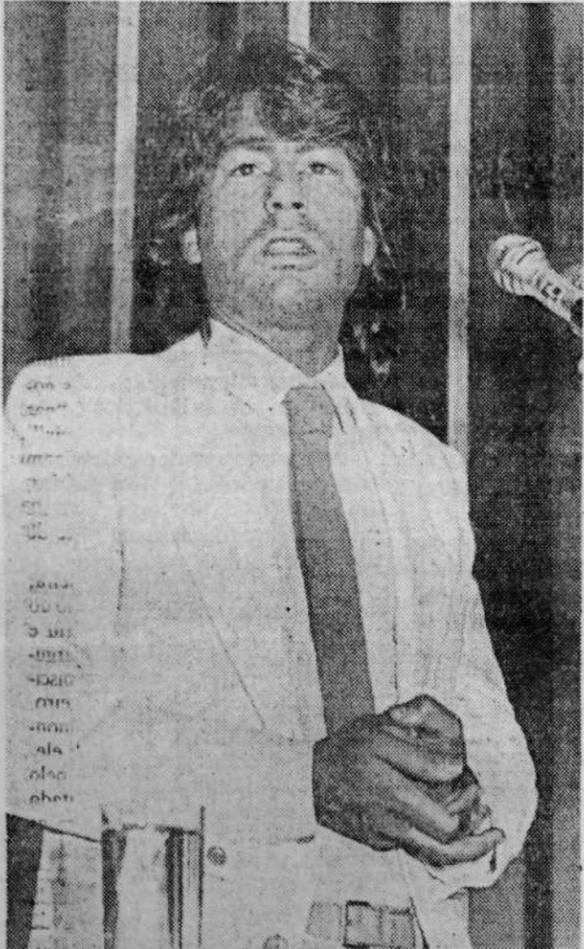
Na época, o governo justificou a medida com o resultado das auditorias nas contas das empresas. De acordo com os exames dos técnicos do estado, as 16 empresas sonegavam impostos — ISS e de Renda — e utilizavam vários artifícios para obter vantagens, como declarar arrecadação menor do que a real.

Uma das encampadas, a Real Auto Ônibus, pertencia ao comerciante Aníbal de Siqueira, que admite apenas ser "amigo pessoal" do relator Bernardo Cabral. "Conheço-o desde os tempos da OAB, em que ele lutava pelos presos políticos, pela liberdade", diz Aníbal, mostrando a agenda de telefone com os números de Cabral em Brasília. Ele nega, contudo, que tenha contratado os serviços do amigo, que considera "um homem íntegro".

Hoje, Aníbal abandonou o ramo dos transportes coletivos e adquiriu uma revendedora de automóveis em Niterói. A Real tinha 20 linhas de ônibus no Rio e segundo os auditores a receita declarada pela empresa em um mês foi de 7,4 bilhões de cruzeiros e a arrecadada de 9,6 bilhões de cruzeiros.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, confirmou ontem ter representado informalmente os interesses do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros e da Empresa Real Auto Ônibus em duas reuniões, uma na Secretaria de Transportes e outra no Palácio Guanabara, durante as negociações que precederam a encampação, pelo governo de Leonel Brizola, das concessionárias de transporte urbano. Cabral afirmou desconhecer como o dispositivo isentando as empresas de impostos foi aprovado e mantido no anteprojeto e anunciou que vai acolher emenda supressiva para anular o benefício, porque não concorda "com o privilégio".

Brasília — Fotos de Luís Antônio Ribeiro



Ailton, elegantemente vestido, termina de falar e, surpreendendo, permanece na tribuna até pintar todo o rosto de preto

Aureliano diz que idéia de mudança visa Sarney

BRASÍLIA — O ministro Aureliano Chaves acha que, se em 1961 a instituição do parlamentarismo foi um ato de restrição política e não de convicção, de responsabilidade dos militares — que queriam limitar os poderes de João Goulart —, a tentativa de reintroduzi-lo agora é também um movimento restritivo, sem muita convicção, liderado por parlamentares cujo objetivo é sobretudo reduzir os poderes políticos do presidente Sarney.

Aureliano, presidente de honra do PFL, além de sublinhar sua condição de presidencialista histórico, manifesta-se contra qualquer tipo de plebiscito, por entender que a essência do regime democrático é a representatividade: "Foi através de um plebiscito que Hitler anexou a Áustria à Alemanha".

Sucessão — O ministro recusa-se a falar da sucessão do presidente Sarney e de sua eventual candidatura, alegando que o momento é o de discutir, na Constituinte, "quais as regras que vão informar a vida democrática do país".

Neste momento em que estamos discutindo essas regras — diz —, seria insensato cuidar da sucessão do presidente Sarney. Além do mais, não se deve esquecer a carta do monge D. Jerônimo Osório a D. Sebastião, desaconselhando o rei de Portugal a empreender a trágica campanha na África contra os mouros: "Devo dizer a Vossa Majestade que entre preza e diligência há grande diferença. O diligente não perde a oportunidade; o apressado não espera por ela".

Na defesa da manutenção do atual regime, Aureliano Chaves explica que, nos últimos anos, o sistema de governo foi confundido com "exacerbação dos poderes do Executivo".

Como nos Estados Unidos —

acrescenta —, temos de estruturar o Legislativo para que funcione como co-responsável pela atividade governamental, deixando de ter uma atividade apenas adjetiva, e dar ao Judiciário o indispensável poder que merece, consolidando o respeito que devemos ao Supremo Tribunal Federal. O Supremo sempre foi o maior exemplo da austeridade republicana, e a integridade de suas atribuições tem de ser preservada.

Iniciativa privada — Sobre o debate constitucional, no que diz respeito à iniciativa privada e à tutela do Estado, Aureliano Chaves acha que se o Brasil optar pela prevalência da iniciativa privada, deve "evitar a exacerbação do poder público na atividade econômica", restringindo-se aos setores em que "a presença do Estado resguarda os superiores interesses da nação". Segundo ele, esses setores são o do petróleo, com a preservação do monopólio estatal, o da energia, o das telecomunicações e o mineral, este último sem exclusividade.

— Por outro lado, tem de ser evitado o gigantismo camuflado das empresas estatais. A constituição de subsidiárias só deve ser aprovada através de lei que tramite no Congresso Nacional.

Quanto à atividade mineral, o ministro acha que o cuidado com a tributação incidente é fundamental. A seu ver, ao contrário do que está previsto no substitutivo Bernardo Cabral, deve ser mantido o imposto único sobre minerais, delegando-se à legislação ordinária a fixação de alíquotas e o critério de repartição do tributo entre estados, municípios e União. Com relação à exploração mineral em terras dos índios, o ministro quer que a liberação dos alvarás fique condicionada à aprovação do Congresso Nacional.

PFL convida sindicalistas de São Paulo

BRASÍLIA — O PFL está iniciando uma ofensiva na área sindical e espera poder levar para os quadros do partido, se prosperarem as conversações, algumas estrelas dessa área, como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, e o presidente do Sindicato dos Eletricitários, Antônio Magri.

Os dois estarão em Brasília, na semana que vem, a convite da Comissão de Assuntos Trabalhistas do PFL, para debater com os parlamentares do partido temas como autonomia sindical, liberdade de organização, direito de greve e desvinculação do poder público. A aproximação do PFL com os dois sindicalistas está sendo conduzida pelo líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli.

"O diálogo de Medeiros e Magri conosco é crescentemente aberto e pode até desencadear numa aproximação maior, como a integração deles no partido", diz Chiarelli.

O comentarista esportivo de rádio e televisão Gerson, o Canhotinha de Ouro da seleção brasileira tricampe mundial de 1970, apresentou-se ontem ao presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, no Aeroporto Internacional do Rio, como a mais nova conquista do partido. Amigo do empresário Hélio Paulo Ferraz, Gerson concorrerá em Niterói, em 1988, a uma cadeira de vereador. Hélio Ferraz, o Super-Helinho, conseguiu também atrair para o seu partido a Administradora Regional do Flamengo, Glória Nery, uma expressão política que integrava os quadros do PDT. Marco Maciel conversou com Glória Nery no aeroporto.

Índio pinta rosto de preto em protesto contra substitutivo

BRASÍLIA — Ailton Krenack, 34, presidente da União Nacional dos Índios, prendeu o cabelo e, chorando, pintou lentamente o rosto de graxa preta de genipapo, para demonstrar toda sua tristeza. Ele não estava na aldeia em que nasceu, nem à sua volta se reuniam outros índios; estava na tribuna da Constituinte, perante perplexos parlamentares que tinham acabado de ouvi-lo defender uma emenda popular sobre populações indígenas, assinada por 40 mil eleitores. Entre indignado e pesaroso, ele criticara o tratamento dado ao índio no anteprojeto do relator Bernardo Cabral.

"Quero fazer uma alerta à Constituinte, ao governo e à nação", dissera Ailton, "avisar que, como no início dos trabalhos, continuamos sendo os únicos interlocutores dos senhores. Havia então esperança porque, pela primeira vez na História do Brasil, os índios participavam da elaboração de uma Constituição. Vimos nascer, de um trabalho cotidiano de muitos dos senhores, a melhor formulação sobre os direitos indígenas que este país já produziu. No entanto, o que temos hoje no projeto não reflete o conjunto de idéias aqui discutidas."

Sobrevivência — Depois de contar que sua tribo — a dos krenack, como seu sobrenome — se reduz atualmente a 120 pessoas que têm vida nômade na fronteira de Minas Gerais com o Espírito Santo, porque desde 1922 estão sendo gradativamente expulsas de seu território, no Vale do Rio Doce, Ailton encerrou o discurso:

"Não queremos mais ser tratados como imbecis, como débeis mentais, nem ficarmos sob a tutela do Estado. Queremos retirar o paternalismo da Constituição e garantir meios de manter nossa terra e nossa sobrevivência."

Dez minutos mais tarde, quando ele terminou de pintar-se foi cumprimentado pelos deputados José Carlos Saboya (PMDB-MA), Olívio Dutra (PT-RS), Edmilson Valentin (PC do B-RJ), Amaury Müller (PDT-RS) e Rose de Freitas (PMDB-ES). Emocionados, eles o parabenizaram pelo protesto. Tranquilo, o rosto pintado de preto contrastando com o terno claro, Ailton deixou a tribuna.

Outra emenda popular sobre populações indígenas foi defendida por Júlio Marcos Germany. Anteriormente, Jorge Uchoa Mendonça havia pedido a manutenção da censura classificatória, por idade, para os espetáculos públicos.